

The background of the cover is a photograph of a library. It shows rows of bookshelves filled with books, with a warm, golden light from several hanging Edison-style light bulbs illuminating the scene. The shelves are slightly out of focus, creating a sense of depth.

Biblioteconomia e os **Ambientes** de Informação 2

Guilhermina de Melo Terra
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Guilhermina de Melo Terra
(Organizadora)

Biblioteconomia e os Ambientes de Informação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B582	Biblioteconomia e os ambientes de informação 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Guilhermina de Melo Terra. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Biblioteconomia e os Ambientes de Informação; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-342-2 DOI 10.22533/at.ed.422192205 1. Arquivologia. 2. Biblioteconomia – Pesquisa – Brasil. 3. Ciência da informação. I. Terra, Guilhermina de Melo. II. Série. CDD 020.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Biblioteconomia e os Ambientes da Informação”, editada pela Atena Editora compreender uma série, constituída por dois volumes, cujas temáticas encontram-se ligadas à área da Ciência da Informação. Esta área, compreende um campo interdisciplinar, voltado para o processo de “[...] análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação” (SILVA, 2015, p.1).

Nesta perspectiva, os capítulos que compõem este Volume 2, de forma benéfica, tratam acerca da aplicabilidade da informação, em diversos suportes, junto às organizações, de modo a melhor cumprirem sua missão organizacional, uma vez que os artigos versam sobre a gestão de bibliotecas, sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos espaços informacionais, sobre a estrutura e operações dos repositórios institucionais, sobre a aplicabilidade de estudos bibliométricos, bem como sobre os acervos e práticas estabelecidas pelas organizações arquivistas, definidas aqui como ambientes informacionais.

No que se refere ao **Eixo “Gestão da Biblioteca”**, este volume apresenta os seis primeiros capítulos da obra, assim distribuídos: o primeiro capítulo, intitulado “A administração discursiva das bibliotecas orientadas para o desenvolvimento sustentável” trata acerca do fazer ético, junto à administração das bibliotecas, enquanto organizações complexas. O segundo capítulo, denominado “A atuação da assessoria à Rede de Bibliotecas no Sistema FIRJAN: gestão, incentivo à inovação e criatividade” apresenta o trabalho da assessoria, junto à Rede de Bibliotecas do Sistema FIRJAN. Intitulado “A consolidação da rede de bibliotecas da educação adventista”, o terceiro capítulo aborda sobre o processo de criação do sistema de bibliotecas que compõem a Rede da Educação Adventista, a qual integra 166 bibliotecas do Brasil. O capítulo quatro, “A necessidade do uso do descarte no acervo da Biblioteca Profº Carlos Alberto Barbosa – IFRJ – Campus Nilópolis”, destaca a importância da política de descarte para o funcionamento da biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis. Definido “Biblioteca de História das Ciências e da Saúde na preservação da memória: proposta metodológica de transferência de acervo bibliográfico”, o quinto capítulo apresenta os procedimentos adotados pelos profissionais da biblioteca, de modo a não danificar o acervo durante a transferência do acervo do prédio antigo para o prédio atual. Fechando este primeiro eixo, temos o capítulo sexto, “O uso do modelo SECI em bibliotecas como guia para suporte à gestão do conhecimento”, o qual aborda a importância do Modelo SECI para o processo de gestão do conhecimento e funcionamento da biblioteca.

O **Eixo “Tecnologia da Informação e Comunicação”** é constituído por cinco capítulos. Definido como capítulo sete, o artigo “Comunicação da ciência na era da internet: visibilidade e internacionalização”, apresenta o contributo das tecnologias digitais na evolução da comunicação científica em ambientes de ensino e pesquisa.

O oitavo capítulo, “Cortando gastos em tempo de crise: a biometria substituindo o cartão de usuário”, apresenta as vantagens da implantação do cadastro biométrico dos usuários da Biblioteca Central Julieta Carteadó, junto ao atendimento dos usuários. Intitulado “Digitalização e publicação *online* da Revista Leprosy Review de 1928-2001: relato de experiência”, o nono capítulo visa discutir acerca do processo de digitalização da revista em tela no meio eletrônico. O décimo capítulo é definido como “Ideologia e utopia dos discursos na Wikipédia” e visa apresentar o estudo feito acerca do uso da Wikipédia como ferramenta da busca. Por fim, o décimo primeiro capítulo, denominado “Preservação da informação digital” pretende analisar os avanços proporcionados pelo uso dos recursos computacionais aplicados à conservação e preservação da informação digital.

Para compor o **Eixo “Repositórios Institucionais”**, o capítulo décimo segundo, definido como “A Biblioteca Marechal Rondon e seus acervos digitais”, trata do repositório da biblioteca Marechal Rondon, o qual é constituído por um rico acervo sobre a temática indígena brasileira, enquanto que o décimo terceiro capítulo, definido como “Repositórios institucionais: promovendo o alcance dos objetivos da agenda 2030 da ONU” apresenta os repositórios institucionais como ferramentas utilizadas para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável exposto pela IFLA, o qual toma por base a agenda 2030 da ONU.

Os capítulos décimo quarto e décimo quinto temos os artigos que tratam do **Eixo “Bibliometria”**. Assim, o décimo quarto capítulo, “Estudo bibliométrico do acervo Raimundo Jinkings, integrante do Memorial do Livro Moronguêta da UFPA” objetiva apresentar os resultados da análise bibliométrica do acervo que pertenceu a Raimundo Jinkings. Intitulado “Qualidade, produtividade e estratégias de operações: uma revisão bibliométrica”, o capítulo décimo quinto, apresenta uma revisão bibliométrica sobre qualidade, processos e estratégias de operações para garantir maior vantagem competitiva, a partir do crescimento econômico e financeiro de uma organização.

Fechando este Volume 1, o **Eixo “Organizações Informacionais”** é formado por artigos que apresentam as organizações arquivísticas como objeto de estudo. Posto isto, o capítulo décimo sexto, “A fotografia nos arquivos: um breve estudo sobre a necessidade de uma gestão documental”, versa sobre a legitimação da fotografia, enquanto documento arquivístico, a partir de um estudo sobre materiais fotográficos em arquivos. O capítulo décimo sétimo, “A memória é refletida em um acervo ou um acervo reflete a memória?”, resgata a memória e a história, a partir do arquivo pessoal de Santos Dumont. Definido como “Análise da aplicabilidade do princípio da proveniência associado à representação da informação arquivística no acervo intermediário do IFPB – Campus João Pessoa”, o décimo oitavo capítulo aborda as contribuições do uso correto do princípio da proveniência, junto ao acervo intermediário do Arquivo Central do IFPB – Campus João Pessoa. O capítulo décimo nono é intitulado “Inovação na gestão de documentos: a proposta de implantação da tipologia documental no âmbito dos recursos humanos da Fundação Oswaldo Cruz”, visa apresentar os resultados da

gestão documental aplicado, junto ao arquivo da Fundação Oswaldo Cruz. Com o título “Notas sobre o patrimônio de ciência e tecnologia em registros fotográficos: o acervo da UFPE, a Ciência e os Cientistas”, o vigésimo capítulo visa abordar as reflexões acerca do patrimônio de ciência e tecnologia, contido no acervo fotográfico da UFPE. Em relação ao vigésimo primeiro capítulo, denominado “O acervo do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande: relato de experiência”, objetiva tratar sobre o procedimento referente ao diagnóstico e tratamento arquivístico junto ao acervo do extinto Departamento de Oceanografia e da Universidade Federal do Rio Grande. O vigésimo segundo capítulo, “Por um acervo digital de partituras de música brasileira”, discute meios de integração e ampliação dos arquivos de partituras de música brasileira, a fim de ampliar sua visibilidade e acesso. Já o capítulo vigésimo terceiro, denominado “Proposta para a criação de um vocabulário controlado a partir do Sistema de Informações do Arquivo Nacional do Brasil (SIAN)”, propõe a criação de um vocabulário controlado, tomando por base o SIAN, a fim de contribuir com a atividade de descrição, a ser desenvolvida pelo profissional arquivista.

Como se pode notar, este segundo volume encontra-se recheado de reflexões capazes de contribuir para uma sólida discussão acerca da prática biblioteconômica e arquivística. Por esta razão, em nome da Atena Editora, ao mesmo tempo em que agradecemos aos autores pela contribuição, desejamos aos leitores uma excelente leitura.

Guilhermina de Melo Terra

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ADMINISTRAÇÃO DISCURSIVA DAS BIBLIOTECAS ORIENTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima Fátima Santana da Silva José Rodolfo Tenório Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4221922051	
CAPÍTULO 2	18
A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA À REDE DE BIBLIOTECAS DO SISTEMA FIRJAN: GESTÃO, INCENTIVO A INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE	
Bernardo José de Oliveira Palma Daisy Margareth Alcáçova de Sá Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.4221922052	
CAPÍTULO 3	29
A CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA	
Liliane Giusti Serra Raquel Pinto Correia Gisele Tosi de Santa Clara	
DOI 10.22533/at.ed.4221922053	
CAPÍTULO 4	35
A NECESSIDADE DO USO DO DESCARTE NO ACERVO DA BIBLIOTECA PROFº CARLOS ALBERTO BARBOSA – IFRJ – CAMPUS NILÓPOLIS	
Cássia Rosania Nogueira dos Santos Cintia Luciano de Paiva Josiane Borges Pacheco Heloisa Souto de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4221922054	
CAPÍTULO 5	45
BIBLIOTECA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: PROPOSTA METODOLÓGICA DE TRANSFERÊNCIA DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.	
Eliane Monteiro de Santana Dias Jeorgina Gentil Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4221922055	
CAPÍTULO 6	52
O USO DO MODELO SECI EM BIBLIOTECAS COMO GUIA PARA SUPORTE A GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Gil Eduardo Amorim Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.4221922056	
CAPÍTULO 7	59
COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA NA ERA DA INTERNET: VISIBILIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	
Raimunda Ribeiro Lídia Oliveira Cassia Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.4221922057	

CAPÍTULO 8	75
CORTANDO GASTOS EM TEMPO DE CRISE: A BIOMETRIA SUBSTITUINDO O CARTÃO DE USUÁRIO	
Rejane Maria Rosa Ribeiro Maria do Carmo Sá Barreto Ferreira Isabel Cristina Nascimento Santana Solange dos Santos Rocha Ana Martha Machado Sampaio Gerusa Maria Teles de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4221922058	
CAPÍTULO 9	80
DIGITALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DA REVISTA LEPROSY REVIEW DE 1928-2001 – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Andrea Cristina Bogado Alessandra Carriel Vieira Juliana Lourenço Sousa Marcos da Cunha Lopes Virmond	
DOI 10.22533/at.ed.4221922059	
CAPÍTULO 10	91
IDEOLOGIA E UTOPIA DO DISCURSO NA WIKIPÉDIA	
Marcio Gonçalves Elaine Vidal Fabiana Crispino	
DOI 10.22533/at.ed.42219220510	
CAPÍTULO 11	103
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO DIGITAL	
Francisco Carlos Paletta Luara Martins Oliveira Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.42219220511	
CAPÍTULO 12	118
A BIBLIOTECA MARECHAL RONDON E SEUS ACERVOS DIGITAIS	
Rodrigo Piquet Saboia de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.42219220512	
CAPÍTULO 13	127
REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: PROMOVENDO O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA AGENDA 2030 DA ONU	
Layde Dayelle dos Santos Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.42219220513	
CAPÍTULO 14	132
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DO ACERVO RAIMUNDO JINKINGS, INTEGRANTE DO MEMORIAL DO LIVRO MORONGUÊTÁ DA UFPA	
Elisangela Silva da Costa Suelene Santana Assunção	
DOI 10.22533/at.ed.42219220514	

CAPÍTULO 15 139

QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E ESTRATÉGIAS DE OPERAÇÕES: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Raissa Cristina Pereira
Renata Alessandra Evangelista
Lucas Augusto de Carvalho Ribeiro
Liliane Guimarães Rabelo
Jackeliny Dias da Silva
Vanessa Bitencourth dos Santos
Lucas Chagas Gomes
Aline Mirian da Silva
Luan Aparecido Oloco de Oliveira
Ingride Chagas Gomes
Marcos Alves Gomes
Serigne Ababacar Cissé Ba

DOI 10.22533/at.ed.42219220515

CAPÍTULO 16 149

A FOTOGRAFIA NOS ARQUIVOS:UM BREVE ESTUDO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA GESTÃO DOCUMENTAL

Luciene de Castro Braga
Alessandro Ferreira Costa

DOI 10.22533/at.ed.42219220516

CAPÍTULO 17 160

A MEMÓRIA É REFLETIDA EM UM ACERVO OU UM ACERVO REFLETE A MEMÓRIA?A QUESTÃO DA MEMÓRIA NO ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT

Bárbara Cristina Barbosa Pinto da Silva

DOI 10.22533/at.ed.42219220517

CAPÍTULO 18 168

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA ASSOCIADO À REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ACERVO INTERMEDIÁRIO DO IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA

Gregório Goldman dos Santos Felipe
Anna Carla Silva de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.42219220518

CAPÍTULO 19 180

INOVAÇÃO NA GESTÃO DE DOCUMENTOS: A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL NO ÂMBITO DOS RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Lucina Ferreira Matos
Juliana Christina do Carmo Silva

DOI 10.22533/at.ed.42219220519

CAPÍTULO 20 199

NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM REGISTROS FOTOGRÁFICOS: O ACERVO DA UFPE, A CIÊNCIA E OS CIENTISTAS

Emanuela Sousa Ribeiro
Ana Cláudia de Araújo Santos

DOI 10.22533/at.ed.42219220520

CAPÍTULO 21	219
O ACERVO DO DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Maria de Fátima Correa	
Evelin Mintegui	
DOI 10.22533/at.ed.42219220521	
CAPÍTULO 22	231
POR UM ACERVO DIGITAL DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA	
Rosana S. G. Lanzelotte	
DOI 10.22533/at.ed.42219220522	
CAPÍTULO 23	242
PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM VOCABULÁRIO CONTROLADO A PARTIR DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL (SIAN)	
Mariane Costa Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.42219220523	
SOBRE A ORGANIZADORA	253

POR UM ACERVO DIGITAL DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA

Rosana S. G. Lanzelotte

Instituto Musica Brasilis, rosana@musicabrasilis.org.br

ORCID:0000-0002-4853-9633

KEYWORDS: Digital collections of music scores, Brazilian music scores.

1 | INTRODUÇÃO

RESUMO: Grande parte dos repertórios musicais brasileiros não tem edições disponíveis: estão em formato manuscrito ou as edições estão esgotadas. Os arquivos de partituras são de difícil acesso físico ou remoto. Algumas iniciativas propõem-se a suprir a lacuna através da disponibilidade via web. Este trabalho pretende discutir meios de integrá-las para ampliar a visibilidade e o acesso aos repertórios.

PALAVRAS-CHAVE: Acervos digitais de partituras, música brasileira.

A DIGITAL COLLECTION OF BRAZILIAN MUSIC SCORES

ABSTRACT: Great part of the Brazilian music repertoires have no editions available: either they are in manuscript format or out-of-print. Most musical archives are inaccessible. Some initiatives aim to fill the gap, by means of web availability of digital scores. This work intends to discuss their integration in order to increase the visibility of Brazilian music repertoires.

Estima-se que 80% dos repertórios musicais brasileiros não tem edições disponíveis. As obras escritas até o final do século 19 estão, em sua maior parte, em formato manuscrito em arquivos espalhados por todo o Brasil, em bibliotecas, igrejas e acervos particulares. Frequentemente, a consulta aos catálogos só é possível de forma presencial. A dificuldade de acesso e obtenção de cópias é uma constante.

As instituições que concentram a maior parte de documentos musicais são a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), com 250.000 itens, e a Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ (BAN / UFRJ), com cerca de 50.000 itens. Por força do depósito legal, a BNRJ é a maior guardiã de exemplares de edições de compositores brasileiros. As cópias, encomendadas in loco, são caras e restritas. O acervo não está, no momento, aberto ao público, pois o prédio que o abriga está interdito para obras.

A indústria editorial de partituras no Brasil teve início ainda primeira metade do século 19, e atingiu seu ápice nas primeiras décadas do

século 20, quando eram produzidos cerca de 2.000 títulos por ano (PEQUENO, 1998). A situação é hoje muito diferente, e as principais editoras – Irmãos Vitale, Mangione, Ricordi – cessaram a edição de peças musicais. As coletâneas, consideradas comercialmente viáveis, ainda são impressas. Lojas de partituras estão sendo fechadas em todo o mundo.

Nesse contexto, o acesso virtual se apresenta como alternativa. Atualmente, uma ínfima parcela dos acervos das instituições supra citadas está disponível via web, e até mesmo a consulta remota aos catálogos é parcial. Para tentar suprir esta lacuna, surgiram iniciativas de instituições não depositárias de documentos, como o SESC PARTITURAS e MUSICA BRASILIS. Ao lado destes, cujo recorte curatorial é abrangente, existem ainda sítios dedicados a compositores específicos e sítios temáticos, como o www.institutopianobrasileiro.com.br e www.violaobrasileiro.com.br.

Sítios web isolados criam ilhas de informação, o que obriga o usuário a navegar em cada um separadamente, como ilustra a Figura 1.

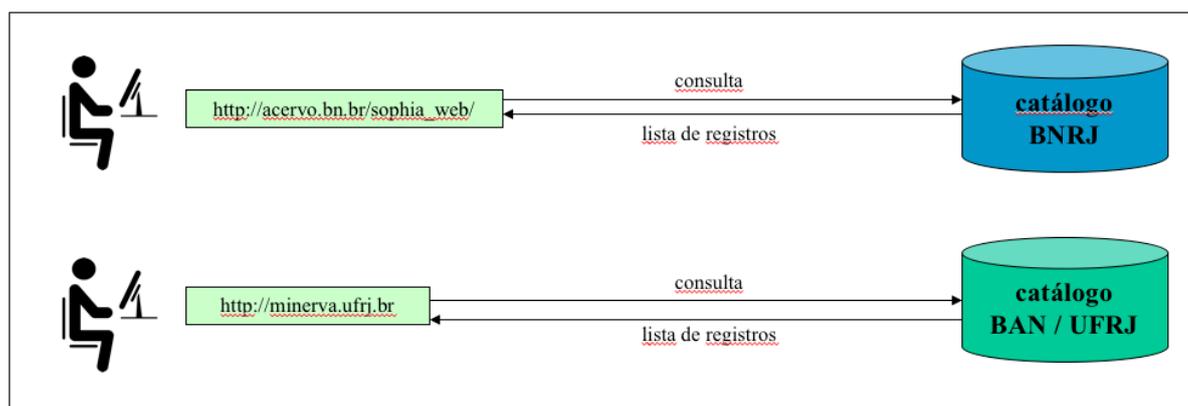


Figura 1: Acesso remoto a catálogos isolados

O isolamento entre os sítios poderia ser evitado através da **interoperabilidade** - capacidade de um sistema, informatizado ou não, de se comunicar de forma transparente com outro sistema. As bibliotecas sempre a praticaram, trocando entre si informações bibliográficas sobre os recursos que integram seus acervos. Para tal, utilizam padrões de descrição internacionalmente aceitos, como o MARC (2019).

A partir do diagnóstico sobre o acesso a partituras de obras de compositores brasileiros, o objetivo do presente trabalho é discutir as diretrizes que devem guiar os próximos passos na direção da disponibilidade de partituras em formato digital. Na seção 2, são apresentadas as informações sobre os principais arquivos de partituras, enquanto que iniciativas para a disponibilidade via web são discutidas na seção 3. Na seção 4 discorre-se sobre premissas para a criação de um acervo digital de partituras de música brasileira e na seção 5 tece-se as considerações finais.

2 | PRINCIPAIS ARQUIVOS DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA

A cidade do Rio de Janeiro sediou a capital do país por quase 200 anos – 1763 a 1960 -, o que a transformou no principal centro de produção de música grafada das Américas e na sede dos maiores acervos de partituras, de propriedade das instituições listadas a seguir.

2.1 Divisão de Música da BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Criada em 1952, pela bibliotecária Mercedes Reis Pequeno, a Divisão de Música e Arquivo Sonoro (Dimas) da Biblioteca Nacional reúne 250.000 documentos, entre partituras, periódicos, discos, CDs, cartazes, instrumentos musicais e materiais relacionados à produção musical e discográfica do país. Inicialmente constituída a partir das coleções da Real Biblioteca e D. Thereza Christina Maria, a BNRJ é depositária de partituras dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos, como José Maurício Nunes Garcia (1767 – 1830), Carlos Gomes (1836 – 1896), Alberto Nepomuceno (1864 – 1920), Francisco Braga (1868 – 1945), Heitor Villa-Lobos (1887 – 1959), entre muitos outros.

O catálogo está acessível remotamente, através do software proprietário SOPHIA (2019), porém a solicitação de reproduções deve ser feita de forma presencial. As reproduções são caras e requerem a prévia digitalização, nos casos em que não existirem. Permite-se que o usuário fotografe materiais em domínio público, o que tem pouco efeito prático no caso de partituras, em geral constituídas por muitas páginas.

O sítio da Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>) lista 1.461 registros de Partituras, o que representa 0,5% do total do acervo físico. Foram selecionadas para a digitalização, principalmente, partituras em formato manuscrito, que não tem utilidade prática para os músicos. Em uma busca por partituras, são também listados outros materiais, como é o caso do terceiro item da listagem, que remete à fotografia dos Oito Batutas (http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_musica/mas1186442.pdf), o que mostra a necessidade de aperfeiçoar a descrição dos recursos digitais.

2.2 Biblioteca Alberto Nepomuceno (BAN) - Escola de Música da UFRJ

A história da atual Escola de Música da UFRJ remonta a 1848, com a fundação do Conservatório Imperial de Música, por iniciativa de Francisco Manuel da Silva (1795 – 1865). A biblioteca da instituição tem origem nas coleções de partituras e livros doados pelos primeiros professores, e tomou impulso definitivo na gestão de Alberto Nepomuceno (1864 – 1920), entre 1906 e 1916. A partir do trabalho de levantamento iniciado em 1989, chegou-se ao número estimado de 50.000 partituras.

O catálogo remoto, através da base Minerva - <http://minerva.ufrj.br> – repertoria apenas os manuscritos e não as partituras impressas. A consulta ao catálogo completo, bem como a solicitação de reproduções, só podem ser realizados presencialmente. As

reproduções requerem a prévia digitalização, nos casos em que não existirem.

Algumas poucas partituras da BAN/UFRJ foram digitalizadas graciosamente pela DocPro - empresa com atuação comprovada na área – em cujo sítio desenvolvido em software proprietário estão hospedados os arquivos digitais (<http://www.docpro.com.br/escolademusica/bibliotecadigital.html>). Estão disponíveis as imagens de 21 partituras manuscritas de autores diversos, bem como 12 partituras autógrafas de José Maurício Nunes Garcia, o que representa 0,1% do total. Os itens digitalizados estão acessíveis através do leitor também desenvolvido pela empresa.

2.3 Instituto Moreira Salles

O acervo musical do Instituto Moreira Salles foi iniciado em 2000 quando recebeu a guarda do arquivo de Alfredo da Rocha Vianna Filho (1897-1973), o Pixinguinha, com 1.200 partituras manuscritas e 434 editadas. No mesmo ano de 2000 foi adquirido o acervo do pesquisador, historiador, crítico e jornalista José Ramos Tinhorão (1928), que compreende, além de discos, fotos, filmes e uma biblioteca especializada de 29.678 partituras editadas e 36 manuscritas. O acervo contém ainda partituras de Ernesto Nazareth (28 manuscritos e 54 edições), Chiquinha Gonzaga (712 manuscritos e 400 edições), bem como coleções reduzidas ainda não processadas de autoria de Antonio D’Auria, Elizeth Cardoso e André Filho. Desde 2006 o Instituto é o depositário de partituras de obras orquestrais de Hekel Tavares, cuja divulgação não é permitida pela família.

O catálogo do acervo do Instituto (<http://acervo.ims.com.br/>) utiliza a plataforma proprietária SOPHIA (2019) e lista 30.372 itens de partituras impressas e 1.007 itens de partituras manuscritas. Sítios temáticos são dedicados aos compositores Pixinguinha e Ernesto Nazareth.

2.4 MIS – Museu da Imagem e do Som

O acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro é constituído por 22 coleções particulares que reúnem documentos nos mais variados suportes. A maioria delas chegou ao MIS por meio de doação, e outras foram adquiridas no momento de sua fundação. Integram o acervo do MIS as coleções do radialista Almirante; dos músicos Abel Ferreira e Jacob do Bandolim; do pesquisador de música Sérgio Cabral; e de vários intérpretes da música brasileira, como as irmãs Linda e Dircinha Batista, Nara Leão, Elizeth Cardoso, Odete Amaral, Zezé Gonzaga e, recentemente, de Paulinho Tapajós. Além das já mencionadas, o MIS possui um acervo raro: a coleção da Rádio Nacional com 20.000 partituras.

Atualmente não é possível acessar o catálogo ou as partituras através do sítio do MIS (<http://www.mis.rj.gov.br/>), devendo o pesquisador se dirigir ao local para consultar o catálogo ou os documentos.

2.5 Quadro resumo

A Tabela 1 resume a situação das instituições brasileiras possuidoras dos maiores acervos de partituras musicais, sejam manuscritas ou editadas.

Instituição	Nº itens físicos	Acesso remoto ao catálogo	Nº itens digitalizados	Acesso remoto aos recursos digitais
BNRJ	250.000	sim	1.461	sim
BAN / UFRJ	50.000	parcial (apenas aos itens manuscritos)	cerca de 100	sim (software proprietário)
IMS	31.379	parcial	?	não
MIS	+ 20.000	não	-	não

Tabela 1: Quadro resumo das principais instituições possuidoras de partituras

Como se observa na Tabela 1, com exceção da BNRJ, nem mesmo o acesso remoto aos catálogos das instituições é assegurado. Na maior parte dos casos, para localizar uma partitura, o músico deve realizar pesquisas presenciais, deparar-se com as dificuldades e custos inerentes à reprodução – já que grande parte das partituras não existe em formato digital -, e aguardar um prazo, muitas vezes longo, para receber a cópia. Como consequência, ao conceber um programa de concerto, o músico brasileiro prefere incluir obras de compositores europeus, a cujas partituras terá acesso mais fácil e imediato.

3 | DISPONIBILIDADE DE PARTITURAS VIA WEB - SÍTIOS NÃO VINCULADOS A INSTITUIÇÕES DE GUARDA FÍSICA

A principal fonte de acesso a partituras na web é hoje o sítio IMSLP - International Music Score Library Project -, com cerca de 466.000 partituras de mais de 17.000 compositores, entre os quais apenas 176 brasileiros. Apesar de aceitar contribuições de origem controversa, o sítio é o instrumento de trabalho de músicos e orquestras em todo o mundo. A baixa representatividade da produção musical brasileira inspira a realização de um projeto integrado de âmbito nacional voltado às partituras.

Além dos sítios das instituições possuidoras de arquivos, iniciativas voltadas à disponibilidade através da web tem surgido nos últimos anos.

3.1 SESC Partituras

Iniciado em 2007, a iniciativa do SESC PARTITURAS contabiliza atualmente 2.769 partituras em formato digital, em sua maior parte obras de câmara. O acervo inclui obras de 291 compositores consagrados e também de jovens compositores contemporâneos, além de apontar partituras disponibilizadas pelo portal Musica

Brasilis.

A arquitetura de informação do sistema prevê tipos de conteúdos relacionados a **compositores, partituras e instrumentos** (ou **formação** instrumental). Os metadados ou atributos que descrevem cada um desses tipos de conteúdos foram estabelecidos de forma empírica e não seguem nenhum padrão estabelecido. Pode-se realizar busca por formação, instrumentação, compositor e obra.

Recentemente, o portal passou por uma reformulação e os links que apontam as partituras foram modificados, o que prejudicou a interligação com outros sítios de partituras.

3.2 Musica Brasilis

O portal Musica Brasilis (www.musicabrasilis.org.br) foi criado em 2009 com o objetivo de tornar disponível pela web partituras de repertórios brasileiros de todos os tempos e gêneros. Disponibiliza atualmente cerca de 1.500 partituras de 252 compositores consagrados, desde o séc. 18 até os contemporâneos.

A arquitetura de informação em que se baseia viabiliza buscas por autor, título, instrumentação e período. O padrão de metadados adotado é compatível com o RDA (2019), que se firma como uma tendência mundial. Buscando o alinhamento com novas tendências da web, cada partitura tem o seu identificador único persistente, o que facilita a localização através dos mecanismos de busca e a interligação com outros sítios.

Parcerias alinhadas com a Academia Brasileira de Música, SESC Partituras, Centro Cultural São Paulo e Editora Irmãos Vitale tem transformado o portal Musica Brasilis em um ponto de entrada para a busca de partituras de compositores brasileiros.

4 | PREMISSAS PARA UM ACERVO DIGITAL DE PARTITURAS BRASILEIRAS

Para que uma obra musical possa ser interpretada, é necessário que a partitura seja:

- localizável;
- de fácil acesso;
- editada (não em formato manuscrito);
- com partes separadas para cada instrumento, quando se tratar de obra de câmara ou orquestral.

Estes requisitos se somam à salvaguarda de documentos musicais pelas bibliotecas, o que é imprescindível, porém não suficiente. Hoje, até mesmo para localizar uma partitura, o músico deve fazer pesquisas presenciais, já que grande parte das instituições não tem o catálogo completo disponível através de acesso remoto, conforme mostrado na Tabela 1.

Nesta seção discute-se diretrizes para guiar a digitalização de partituras por parte

de instituições possuidoras de acervos.

4.1 Princípios FAIR

As duas primeiras condições enunciadas acima alinham-se com os princípios FAIR (WILKINSON, 2016), propostos com o objetivo de fazer com que os recursos digitais sejam:

- **F**áceis de localizar (Findable)
- **A**cessíveis (Accessible)
- **I**nteroperáveis (Interoperable)
- passíveis de **R**euso (Reusable)

Esses princípios, sugeridos no âmbito da comunidade científica, também se adequam a recursos digitais provenientes de bibliotecas, arquivos ou museus, que devem atender aos seguintes requisitos (KOSTER, 2018):

1. **Identificadores persistentes:** cada recurso digital deve ser identificado por um endereço **único e estável**; um exemplo é o DOI – Digital Object Identifier – atribuído à última referência bibliográfica deste artigo que, não por acaso, aponta o artigo dos criadores do conceito (<http://dx.doi.org/10.1038/sdata.2016.18>);
2. **Armazenamento em servidores estáveis**, de forma a assegurar a preservação digital;
3. **Acesso através de protocolos padrão**, especificados no âmbito da iniciativa W3C (World Wide Web Consortium);
4. Alinhamento com padrões consagrados de metadados;
5. Explicitação das **licenças** e direitos de uso de acordo com o Creative Commons;
6. Adoção de catálogos de autoridades, como o Virtual International Authority File (VIAF, 2019);
7. Indicação da **proveniência** - cronologia da propriedade do recurso – que pode ser útil para estabelecer contexto ou validar fontes;
8. Controle de qualidade dos metadados, por equipes especializadas.

Diante destes requisitos, KOSTER (2018) sugere etapas para a construção de coleções digitais “FAIR”, que partem da constituição de grupos de trabalho, levantamento de padrões e interação com os usuários e com outras instituições de mesma natureza.

4.2 Interoperabilidade e Dados Abertos Interligados

A colaboração entre instituições é um pré-requisito para a efetiva disponibilidade de recursos digitais. Ao contrário da situação mostrada na Figura 1, é desejável que o resultado de uma busca inclua informações sobre os recursos provenientes de diversos sítios, mas que isso ocorra de forma transparente para o usuário.

Uma das formas de promover a interoperabilidade é mostrada na Figura 2. Os metadados descritivos dos recursos digitais provenientes de diversos repositórios são reunidos **antes** ou **durante** a consulta do usuário, que recebe, como resposta à busca, uma lista de resultados provenientes de todos eles (MARCONDES, 2016).

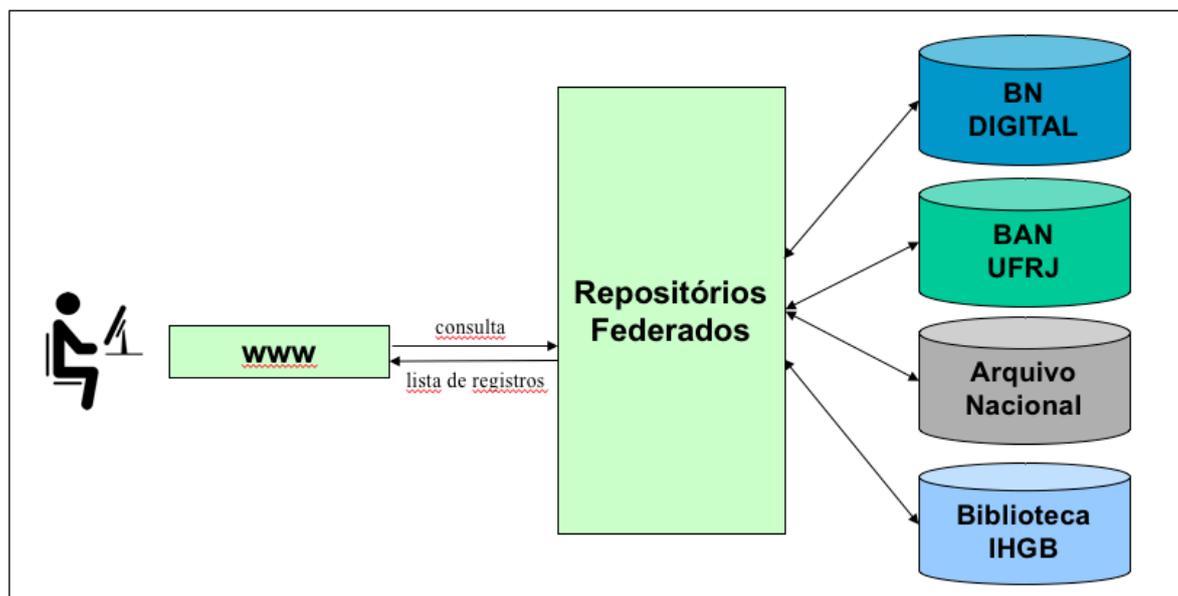


Figura 2: Acesso a repositórios federados

Essa forma de interoperar, que pressupõe agentes agregadores ou centralizadores de metadados, era bastante usual até recentemente. Tende à obsolescência com o surgimento do conceito de Dados Abertos Interligados – em inglês Linked Open Data (LOD) –, que torna possível que um recurso digital tenha “vida própria” na web, e não seja meramente parte de uma coleção de uma dada instituição (HEATH, 2011).

Os requisitos para que um recurso digital integre o universo de Dados Abertos Interligados foram estabelecidos por Tim Berners LEE (2009), o criador da web:

- o recurso deve estar disponível na Web, sob uma licença aberta;
- deve estar disponível em formato que pode ser interpretado por máquina (Ex: pdf, ao invés de uma imagem digitalizada);
- deve estar disponível em formato não-proprietário (Ex: pdf);
- deve estar descrito de acordo com padrões abertos do W3C e ter um identificador único persistente, o que possibilita que outros o apontem;
- deve ser conectado a outros, de forma a prover contexto.

Os três primeiros requisitos são fáceis de entender. O quarto requisito está relacionado ao paradigma da web semântica, em que o significado de uma página web é expresso de tal forma que computadores possam processá-lo. O consórcio W3C propõe padrões para lidar com esse objetivo, entre os quais o RDF (2019). A informação é expressa em RDF através de triplas da forma:

sujeito – predicado – objeto

Por exemplo: “Il Guarany” – “tem criador” – “Carlos Gomes”. Quando publicados como dados abertos, essa tripla é explicitada e o conhecimento que encerra é compartilhado com outras páginas da web.

No universo de Dados Abertos Interligados, nomes de autores – *Carlos Gomes* – e títulos – *Il Guarany* – devem estar sujeitos ao controle de autoridade através do portal VIAF (2019), iniciativa para a qual colaboram várias bibliotecas e instituições em todo o mundo.

4.3 As Cartas do Recife e de Ribeirão Preto – por uma política de digitalização de acervos brasileiros

Os princípios FAIR vão ao encontro dos compromissos enumerados pela Carta do Recife (2012), fruto de uma tentativa de nortear as iniciativas de digitalização de acervos no Brasil:

1. Compromisso com o acesso aberto, público e gratuito;
2. Compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia;
3. Compromisso com a acessibilidade, atendendo às recomendações e padrões do W3C;
4. Compromisso com a identificação, organização e tratamento como pré-requisito para a digitalização;
5. Padrões de captura e tratamento de imagens seguindo e ampliando os padrões já estabelecidos no âmbito do CONARQ;
6. Alinhamento com padrões consagrados de metadados;
7. Alinhamento com padrões e normas de preservação digital;
8. Projetos de educação, pesquisa e formação de pessoal;
9. Marketing e educação: difusão dos acervos, pesquisa e avaliação dos resultados, programas de inserção dos acervos na trama da sociedade;
10. Direitos autorais: estabelecimento de bases legais para permitir a preservação e difusão do recurso digital e a criação de sistemas de gerenciamento da propriedade intelectual e do controle da autenticidade do recurso digital.

Decorridos 10 anos do encontro que resultou na Carta do Recife, assinada por 200 instituições, um novo documento foi produzido em 2015 durante o workshop de Preservação Digital, a Carta de Ribeirão Preto (2015). As questões levantadas continuam em aberto, principalmente no tocante ao estabelecimento de uma política pública sustentável que evite a duplicação de esforços e amplie a eficiência do gasto púb

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de acesso às partituras de obras brasileiras é uma das principais causas do esquecimento a que são condenados grande parte de nossos compositores. O que os músicos não podem tocar, o público não pode conhecer.

A disponibilidade de partituras em formato digital é uma tendência que se confirma em todo o mundo, com o fechamento das lojas de partituras e o reposicionamento de editoras.

Diante dessa evidência, o MUSICA BRASILIS, em conjunto com a Biblioteca Nacional, pretende empreender uma iniciativa pioneira de acervos consorciados de partituras de compositores brasileiros em formato digital. O alinhamento às melhores práticas desde o início do projeto garante a efetiva disponibilidade.

Com isso, o patrimônio musical brasileiro terá a visibilidade assegurada e a disseminação a que faz jus como uma das maiores riquezas de nosso país.

AGRADECIMENTOS

A Nivia Zumpano e Rodrigo De Santis, pelas contribuições.

A Aduino Candido Novaes, da UNESCO, pela leitura atenta.

À UNESCO, pela cooperação com o MUSICA BRASILIS.

REFERÊNCIAS

Carta do Recife. Rede memorial. Rede nacional das instituições comprometidas com políticas de digitalização dos acervos memoriais do Brasil. 2012. Disponível em: <<http://redememorialpernambuco.blogspot.com/p/carta-do-recife.html>>. Acesso em: 21/3/2019.

Carta de Ribeirão Preto. 2015. Disponível em: <<http://blogs.ifla.org/lac/2015/10/workshop-de-preservacao-digital-cria-a-carta-de-ribeirao-preto/>>. Acesso em: 21/3/2019.

DE SANTIS, R. ; LANZELLOTTE, R. S. G. **Difusão de partituras através da web: o desafio de tornar acessíveis os repertórios brasileiros.** In: Intertextualidades: fronteiras entre o sacro e o profano na música do Brasil Colonial e Imperial. Juiz de Fora, 2014, v. 1, p. 288-323. Disponível em: <https://www.academia.edu/10618778/Difusao_partituras>. Acesso em: 21/3/2019.

HEATH, T.; BIZER, C. **Linked Data: Evolving the Web into a Global Data Space.** Lectures on the Semantic Web: Theory and Technology (1st edition). Synthesis. Morgan & Claypool. 2011. Disponível em: <<http://info.slis.indiana.edu/~dingying/Teaching/S604/LODBook.pdf>>. Acesso em: 21/3/2019.

IMSLP. **International Music Score Library Project.** Disponível em: <<http://imslp.org>>. Acesso em: 21/3/2019.

KOSTER, L.; WINDHOUWER, S.W. **FAIR Principles for Library, Archive and Museum Collections: A proposal for standards for reusable collections.** 2018. Disponível em: <<http://journal.code4lib.org/articles/13427>>. Acesso em: 21/3/2019.

LEE, T.B. **Linked Data,** 2009. Disponível em: <<http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>>. Acesso em: 21/3/2019.

MARC. **Machine Readable Cataloging**. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc>>. Acesso em: 21/3/2019.

MARCONDES, C.H. **Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados**. *Perspectivas em: Ciência da Informação*, v.21, n.2, p.61-83, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2735>>. Acesso em: 21/3/2019.

MUSICA BRASILIS. Disponível em: <<http://www.musicabrasilis.org.br/>>. Acesso em: 21/3/2019.

PEQUENO, M.R. **Impressão musical no Brasil**. In: Marcos A. Marcondes (ed.) - *Enciclopédia da Música Brasileira*, Publifolha, São Paulo, 2ª ed., 1998.

RDA. **Resource, Description and Access**. Disponível em: <<http://www.rda-rsc.org/>> Acesso em: 21/3/2019.

RDF. **Resource Description Framework**. Disponível em: <<http://www.w3.org/RDF/>>. Acesso em: 21/3/2019.

SESC PARTITURAS. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/SescPartituras>>. Acesso em: 21/3/2019.

SOPHIA. Disponível em: <<http://www.sophia.com.br/>>. Acesso em: 21/3/2019.

VIAF. **Virtual International Authority File**. Disponível em: <<http://viaf.org/>>. Acesso em: 21/3/2019.

WILKINSON, M.D. et al. **The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship**. *Scientific Data* volume 3, Article number: 160018 (2016). <<http://dx.doi.org/10.1038/sdata.2016.18>>. Acesso em: 21/3/2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

GUILHERMINA DE MELO TERRA Com Pós-doutorado em Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), Doutorado em Museologia, pela mesma Faculdade, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Católica Dom Bosco e Graduação em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Amazonas, Guilhermina Terra é professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas. Lotada no Colegiado de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação, atua tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Membro aderente do MINON Internacional e ICOM-PT, bem como integra dois grupos de pesquisa, sendo um intitulado Grupo de Pesquisa CRISOL - Pesquisas e Estudos Culturais: Patrimônio & Memória, pela Universidade Federal do Maranhão, junto à Linha de Pesquisa Nova Museologia e Ecomuseus e o segundo grupo é intitulado Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Amazonas, sendo que se encontra em tramitação a criação do seu próprio Grupo de Pesquisa. Durante sua trajetória, a professora atuou como coordenadora do primeiro Curso de Especialização em Museologia da região Norte, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas, no período de 2006 a 2007, bem como é membro do Conselho Editorial da Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIN.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-342-2

